

## **Sala de Recursos e Prática Pedagógica: Desafios e Possibilidades no Atendimento Educacional Especializado**

FREITAS, Fabiana Ferrarezi Rodrigues de

**RESUMO:** O presente texto tem como objetivo apresentar reflexões críticas sobre a ação pedagógica e os serviços especializados em Educação Especial no contexto brasileiro. Busca-se destacar o debate em torno das tendências, características e desafios que permeiam a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE), bem como a atuação dos profissionais responsáveis por esse atendimento. A análise propõe-se a contribuir para a compreensão das mudanças nas políticas públicas que consolidaram a sala de recursos como serviço prioritário na garantia do AEE a estudantes com deficiência, transtornos do espectro autista, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Nesse percurso, problematiza-se: quais os desafios enfrentados pela sala de recursos enquanto espaço escolar e dispositivo pedagógico? De que forma os estudos contemporâneos têm analisado as experiências recentes no cenário nacional? As reflexões aqui apresentadas consideram três dimensões principais: o fortalecimento da inclusão escolar como diretriz das políticas educacionais brasileiras; as orientações presentes em documentos legais e normativos que regulam a constituição e funcionamento dos serviços de AEE; e, por fim, o debate acadêmico que aponta a necessidade de qualificação das salas de recursos, destacando a importância da disseminação do conhecimento produzido e da intensificação de seu papel pedagógico, especialmente na articulação com o currículo e com as práticas docentes em geral.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Especial. Serviços especializados. Sala de recursos.

Inclusão escolar

**ABSTRACT:** This text aims to present critical reflections on pedagogical practice and specialized services in Special Education within the Brazilian context. It seeks to highlight the ongoing debate surrounding the trends, characteristics, and challenges that shape the provision of Specialized Educational Support (Atendimento Educacional Especializado – AEE), as well as the role of professionals responsible for delivering such services. The analysis intends to contribute to a broader understanding of the public policy shifts that have led to the consolidation of the resource room as a priority service in ensuring AEE for students with disabilities, autism spectrum disorders, global developmental disorders, and those with high abilities/giftedness. Along this path, the following questions are raised: What challenges are faced by the resource room as a school space and pedagogical device? How have contemporary studies examined recent experiences in the national context? The reflections presented here consider three main dimensions: the strengthening of school inclusion as a guiding principle of Brazilian educational policy; the guidelines set forth in legal and regulatory documents that govern the structure and operation of AEE services; and, finally, the academic debate pointing to the need for further qualification of resource rooms, emphasizing the importance of disseminating produced knowledge and reinforcing their pedagogical role, particularly in connection with the curriculum and general teaching practices.

**KEYWORDS:** Special Education; Specialized Services; Resource Room; School Inclusion.

## INTRODUÇÃO

Nos últimos vinte anos, o Brasil tem vivenciado um processo consistente e progressivo de fortalecimento da inclusão escolar como eixo estruturante das políticas públicas voltadas à escolarização de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Esse avanço não se configura apenas como um movimento legal ou burocrático, mas como uma transformação paradigmática na maneira de pensar a educação, o que implica a reestruturação dos espaços escolares, das práticas pedagógicas e das formações profissionais, com vistas a garantir uma escola para todos.

Essa orientação inclusiva impõe a necessidade urgente de ampliação e aprofundamento do debate em torno das diretrizes que organizam a escola brasileira, suas práticas pedagógicas e os profissionais que nela atuam. É fundamental assegurar uma pluralidade de ações que sejam complementares e articuladas, com compromisso efetivo no acesso ao conhecimento, respeitando as singularidades dos estudantes.

A inclusão escolar, portanto, não deve ser entendida como mera presença física do aluno com deficiência na escola regular, mas como a garantia de condições reais e efetivas de participação e aprendizagem, com a oferta de apoios educacionais adequados à diversidade.

Essa visão exige repensar a organização curricular, a formação docente, a gestão escolar e as políticas públicas, de modo a promover um ambiente que acolha, valorize e potencialize as diferenças.

O objetivo central deste artigo é promover uma reflexão crítica sobre a ação pedagógica e os serviços especializados destinados à população da Educação Especial, considerando o contexto brasileiro contemporâneo e os desafios colocados pelas políticas públicas que adotam a inclusão como princípio norteador. Para tanto, recorro à análise das tendências, características e desafios que envolvem a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE), bem como à atuação dos educadores especializados nesse campo. Esse percurso envolve também o resgate de elementos constitutivos da história da Educação Especial no Brasil, pois compreender suas raízes é fundamental para situar e interpretar as transformações recentes e as resistências ainda existentes.

Do ponto de vista metodológico, este trabalho opta por uma abordagem temática e reflexiva, sustentada em indícios do cotidiano escolar, documentos oficiais e experiências já sistematizadas. O intuito é organizar ideias que contribuam para a elucidação dos sentidos atribuídos à Educação Especial na atualidade, reconhecendo sua complexidade e sua relação intrínseca com as dimensões sociais, culturais e políticas do país.

Trata-se de uma análise que não se pretende conclusiva, mas que busca colaborar com a compreensão crítica das práticas, espaços e políticas que vêm moldando o campo da Educação Especial brasileira, reconhecendo que este é um campo dinâmico, em constante construção e sujeito a múltiplas influências sociais, políticas e pedagógicas.

Essa necessidade de análise se torna ainda mais evidente diante do significativo investimento político e financeiro direcionado à estruturação das salas de recursos multifuncionais, que emergem como estratégia prioritária para a oferta do AEE. Entre os anos de 2005 e 2010, observou-se um salto quantitativo expressivo na criação desses espaços em diversas redes públicas de ensino, em especial nos municípios de maior porte e em estados que protagonizaram políticas inclusivas inovadoras. Essa expansão está diretamente relacionada à intensificação do debate acerca das funções atribuídas aos professores especializados e à redefinição de seus papéis dentro das escolas comuns.

A implantação das salas de recursos representa, portanto, uma transformação institucional que reflete não apenas uma mudança nas práticas pedagógicas, mas uma revisão profunda da concepção da Educação Especial, agora integrada à escola regular e desvinculada da lógica segregadora que marcou boa parte da história educacional brasileira.

Esse cenário atual contrasta fortemente com orientações anteriores, como as que compunham a Política Nacional de Educação Especial de 1994. A elaboração dessa política foi antecedida por declarações emblemáticas da então Secretária de Educação Especial, Professora Rosita Edler Carvalho, em 1993, que expressavam uma visão ainda centrada na “classe especial”. Essa estrutura, embora já contestada, era amplamente considerada essencial para o atendimento de alunos com deficiência e outras dificuldades escolares.

A “classe especial” configurava um espaço separado, que buscava atender às necessidades específicas, mas que limitava o convívio social e a participação

dos alunos no cotidiano da escola comum. As críticas crescentes à época destacavam os riscos de segregação, exclusão e estigmatização, apontando para a necessidade de superar esse modelo em favor de práticas que favorecessem a integração e, posteriormente, a inclusão.

Assim, apesar dos avanços nos debates e das tentativas de integração, em 1993 os serviços segregados ainda predominavam como estratégias reconhecidas e legitimadas pelas políticas públicas, dificultando uma efetiva inclusão escolar e a construção de uma escola verdadeiramente democrática e plural.

A partir de 2008, com a aprovação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, observa-se uma mudança substancial no direcionamento das ações governamentais e na forma como a Educação Especial é concebida e implementada no país. Essa política, acompanhada por dispositivos normativos como a Resolução CNE/CEB nº 04/2009, reafirma que a Educação Especial deve se constituir como ação complementar ou suplementar ao ensino comum, e não mais como substitutiva, como ocorria nas classes e escolas especiais. Essa mudança representa uma virada paradigmática, que promove uma reconfiguração da oferta de serviços especializados, enfatizando a inclusão e a participação dos estudantes em todos os espaços da escola regular.

O protagonismo conferido à sala de recursos multifuncionais pode ser compreendido a partir de suas características essenciais: trata-se de um espaço pedagógico situado no interior das escolas regulares, destinado à oferta de apoio educacional especializado de forma individualizada ou em pequenos grupos. Esse atendimento ocorre em turno complementar ao das aulas regulares, com o objetivo de eliminar ou minimizar barreiras à aprendizagem e à participação dos estudantes, promovendo a equidade e o direito à educação para todos.

A sala de recursos, portanto, não é apenas um espaço físico, mas uma instância institucional que exige articulação permanente entre os profissionais da Educação Especial e os demais educadores da escola. Tal articulação é fundamental para que as ações do AEE sejam efetivamente integradas ao currículo escolar e ao projeto político-pedagógico da escola, garantindo uma abordagem transversal, colaborativa e inclusiva.

Entretanto, muitas perguntas permanecem abertas diante da centralidade assumida por essa estrutura nos últimos anos. Questões como: como compreender essa mudança de paradigma nos serviços especializados? Quem são os sujeitos

prioritários da sala de recursos e como esse espaço deve ser constituído para atender suas necessidades específicas? Quais competências e formações são necessárias para os docentes que atuam nessas salas? Que fundamentos pedagógicos sustentam a valorização da sala de recursos como principal estratégia de apoio ao estudante com deficiência? Como as ações desenvolvidas nesses espaços se articulam com o currículo e com o ensino ofertado nas salas comuns? São interrogações complexas que apontam para a necessidade de estudos contínuos, sistemáticos e aprofundados para aprimorar a qualidade e a efetividade da Educação Especial inclusiva no Brasil.

Dessa forma, um dos objetivos deste artigo é justamente contribuir para a elaboração de possíveis respostas, ainda que parciais, reconhecendo que a Educação Especial é um campo em constante transformação e que demanda uma análise crítica permanente. Nas próximas seções, retomarei elementos históricos e políticos que ajudam a compreender como se constitui o protagonismo atual da sala de recursos na política educacional brasileira e quais são seus principais desafios — para além da dimensão estrutural — sobretudo no que se refere ao seu potencial pedagógico e à sua articulação com a garantia do direito à educação para todos.

## **REFLEXÕES SOBRE A HISTÓRIA E A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL**

Nas últimas duas décadas, o Brasil tem avançado significativamente nas políticas públicas voltadas à inclusão escolar de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Esse avanço se manifesta não apenas na formulação de documentos legais, mas também na transformação das práticas pedagógicas e na organização dos serviços educacionais oferecidos nas escolas públicas de todo o país.

A principal diretriz dessa mudança foi consolidada na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 2008, que representa um marco na trajetória da Educação Especial brasileira ao estabelecer que o Atendimento Educacional Especializado (AEE) deve ocorrer de forma complementar ou suplementar ao ensino comum, rompendo com modelos anteriores que priorizavam a exclusão e a segregação desses estudantes.

Nesse contexto, a sala de recursos multifuncional ganhou papel central na oferta de apoio especializado dentro das escolas regulares. Esse espaço pedagógico é cuidadosamente organizado com materiais específicos, recursos didáticos adaptados e tecnologias assistivas, possibilitando que professores especializados possam oferecer um atendimento individualizado ou em pequenos grupos, com foco na superação das barreiras que dificultam a aprendizagem e a participação dos alunos público-alvo da Educação Especial.

O atendimento ocorre, em geral, em turno diferente ao da classe comum, o que assegura a permanência do estudante no ambiente escolar regular, favorecendo sua socialização e o convívio com colegas, ao mesmo tempo em que recebe suporte adicional e direcionado para suas necessidades específicas. Além disso, o professor da sala de recursos assume também a importante função de orientar os demais docentes, colaborando na adaptação de atividades, na utilização de recursos pedagógicos diversificados e na implementação de estratégias que promovam a inclusão efetiva desses alunos nas diversas disciplinas do currículo escolar.

Historicamente, o conceito de sala de recursos não é recente. Já na década de 1980, autores como Mazzotta (1982) descreviam esse espaço como uma forma de “auxílio especial” dentro da escola comum, concebido para atender de maneira mais focalizada estudantes com dificuldades de aprendizagem e necessidades especiais.

Contudo, foi apenas a partir da segunda metade dos anos 2000 que esse modelo começou a ser efetivamente implementado em larga escala, impulsionado por políticas nacionais como o Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade (2003–2010) e, especialmente, pelo Decreto nº 6.571/2008, que garantiu financiamento específico para a oferta do AEE por meio do FUNDEB. Essas medidas ampliaram o acesso das redes públicas de ensino às condições materiais e técnicas necessárias para estruturar as salas de recursos multifuncionais e consolidar esse espaço como componente essencial da Educação Especial inclusiva.

A Resolução CNE/CEB nº 04/2009 reforçou essa política ao regulamentar as diretrizes do AEE, exigindo que a matrícula no atendimento especializado esteja vinculada à matrícula no ensino regular, o que reforça o caráter complementar e não substitutivo desse atendimento. A resolução também definiu as atribuições do

professor do AEE, destacando a elaboração e execução do plano de atendimento individualizado, a produção de recursos pedagógicos e de acessibilidade, a orientação aos professores das turmas comuns e às famílias, além do trabalho em articulação com outros profissionais da escola, como psicólogos, assistentes sociais e terapeutas ocupacionais.

Essa multidisciplinaridade é fundamental para atender às múltiplas demandas dos alunos com necessidades educacionais especiais, garantindo um suporte integrado e coerente.

Apesar dos avanços legais e institucionais, a prática cotidiana nas escolas ainda apresenta muitos desafios. Pesquisas realizadas em diferentes municípios brasileiros — como Porto Alegre, São Paulo, Campo Grande, Gravataí e Rio de Janeiro — apontam que o sucesso das salas de recursos depende de diversos fatores, entre os quais se destacam a formação continuada dos professores especializados, a disponibilidade e adequação da infraestrutura física e tecnológica, bem como a efetiva integração e comunicação entre os docentes da sala de recursos e os professores do ensino comum. Em muitos contextos, ainda se observa uma tendência preocupante de utilização das salas de recursos apenas como um espaço de reforço escolar ou apoio para tarefas, o que desconsidera seu papel mais amplo de apoio pedagógico especializado, voltado para a construção de práticas inclusivas e para a superação das barreiras que impedem a plena participação dos estudantes.

Pesquisas de autores como Tezzari (2002) e Prieto e Souza (2007) indicam que, quando bem estruturadas e integradas ao projeto político-pedagógico da escola, as salas de recursos multifuncionais fortalecem a permanência e o sucesso dos alunos com deficiência no ensino comum.

Além disso, essas salas contribuem para o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais flexíveis, colaborativas e inclusivas, capazes de beneficiar não apenas os estudantes com necessidades específicas, mas a comunidade escolar como um todo. Contudo, esses estudos também alertam para riscos presentes na implementação do serviço, como o encaminhamento inadequado de alunos com dificuldades de aprendizagem que não fazem parte do público-alvo da Educação Especial, o que pode desvirtuar os objetivos e comprometer a qualidade do atendimento oferecido.

Outro ponto relevante é a crescente demanda por serviços de apoio na educação infantil, etapa que ainda carece de políticas bem definidas na área da Educação Especial e que apresenta particularidades importantes em função do desenvolvimento integral da criança. Além disso, pesquisas mais recentes têm ampliado o olhar para a atuação dos professores especializados no ensino médio, na educação de jovens e adultos e até mesmo no ensino superior, evidenciando que a inclusão deve ser pensada e articulada ao longo de toda a trajetória educacional, respeitando as diferentes fases de desenvolvimento e contextos socioculturais dos estudantes.

Dessa forma, é possível afirmar que a sala de recursos multifuncionais, embora não substitua o ensino comum, constitui um espaço pedagógico estratégico e indispensável para garantir o direito à educação de qualidade para todos os alunos. Ela representa um ambiente cuidadosamente estruturado, no qual se oferecem apoios especializados que complementam o processo de ensino-aprendizagem desenvolvido na sala regular, respeitando as necessidades específicas de cada estudante.

A sala de recursos funciona como um elo fundamental entre as demandas individuais e o currículo escolar, proporcionando um atendimento personalizado que busca eliminar barreiras e facilitar a plena participação dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

A consolidação da sala de recursos como prática efetiva exige investimentos contínuos e multifacetados. Primeiramente, a formação e a valorização dos professores especializados são pilares imprescindíveis para o sucesso dessa proposta. Esses profissionais precisam dispor não apenas de conhecimentos técnicos sobre as especificidades das deficiências e transtornos, mas também de uma sólida formação pedagógica que os capacite a mediar processos de ensino inclusivos, a colaborar com os demais docentes e a adaptar estratégias didáticas às singularidades dos estudantes. Além disso, é fundamental que esses professores tenham acesso a programas de formação continuada, que os mantenham atualizados sobre avanços educacionais, tecnológicos e sociais, fomentando uma prática reflexiva e inovadora.

Outro aspecto essencial para o fortalecimento da sala de recursos é o acompanhamento pedagógico sistemático e a avaliação constante dos processos e resultados educacionais. Avaliar não só o desempenho acadêmico dos estudantes

atendidos, mas também a eficácia das estratégias utilizadas, as condições físicas e tecnológicas do espaço, e a articulação entre a sala de recursos e a sala regular, permite identificar desafios e promover melhorias contínuas. Essa avaliação deve ser realizada de forma participativa, envolvendo educadores, famílias, estudantes e gestores, garantindo que as ações estejam sempre alinhadas às necessidades reais e promovam um aprendizado significativo e inclusivo.

Ademais, a articulação com políticas públicas intersetoriais é um fator decisivo para a efetividade do atendimento oferecido na sala de recursos. A educação inclusiva transcende os muros da escola e demanda o diálogo e a integração com as áreas da saúde, assistência social, cultura e direitos humanos. Por exemplo, o trabalho conjunto com profissionais da saúde pode garantir diagnósticos precisos e intervenções adequadas; a assistência social pode apoiar as famílias e oferecer recursos complementares; enquanto ações culturais ampliam as possibilidades de participação e expressão dos estudantes. Essa rede de proteção e suporte multiprofissional amplia as condições para que a escola se torne um espaço realmente acolhedor e transformador.

O compromisso com a inclusão escolar, portanto, passa necessariamente pela valorização, qualificação e reconhecimento da sala de recursos multifuncionais como um espaço essencial para a construção de uma educação que respeite e valorize a diversidade humana. Isso implica, sobretudo, reconhecer e respeitar as singularidades dos alunos, promovendo sua participação plena e significativa não apenas no cotidiano escolar, mas também na sociedade em geral. Ao garantir esse direito, a escola contribui para a formação de cidadãos críticos, autônomos e solidários, capazes de conviver e atuar em um mundo plural e diverso.

Assim, a sala de recursos multifuncionais emerge não apenas como um espaço de apoio, mas como um componente estratégico para a efetivação dos princípios inclusivos que norteiam a educação contemporânea, fortalecendo o compromisso ético, pedagógico e social com o direito à educação para todos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao longo deste texto, procurou-se evidenciar os principais movimentos das políticas públicas brasileiras voltadas à inclusão escolar e à Educação Especial na última década, com ênfase na oferta de serviços especializados e na gestão desses

dispositivos como instrumentos fundamentais para a efetivação do direito ao atendimento educacional especializado (AEE) no ensino comum. Essa trajetória política, marcada por avanços legais e institucionais, revela uma mudança de paradigma que tem buscado superar modelos segregadores e promover a inclusão plena dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação no ambiente escolar regular.

A análise destacou, em especial, o papel estratégico das salas de recursos multifuncionais como espaço prioritário para a atuação do educador especializado. Observou-se que, embora a implementação dessas salas tenha se intensificado apenas recentemente — impulsionada pelo Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais (MEC, 2007) —, ainda são poucos os estudos acadêmicos que investigam a sua efetividade e funcionamento no cotidiano escolar. Essa lacuna na pesquisa pode ser explicada, em parte, pela presença histórica limitada desses espaços nas redes de ensino, que durante muito tempo priorizaram as classes e escolas especiais, modelos que, embora em declínio, ainda influenciam as práticas educacionais em algumas regiões do país.

Com a expansão e consolidação dos dispositivos de atendimento especializado dentro das escolas comuns, novas pesquisas tendem a emergir, proporcionando uma compreensão mais profunda não apenas da eficácia das salas de recursos, mas também da forma como elas têm sido organizadas, interpretadas e incorporadas nas práticas pedagógicas e administrativas das instituições escolares. É fundamental entender que a sala de recursos multifuncionais não deve ser vista apenas como um espaço físico equipado com materiais adaptados, mas sim como uma estrutura institucional complexa e dinâmica. Essa estrutura está articulada ao trabalho do educador especializado, que exerce uma dupla função: o atendimento direto aos estudantes com necessidades educacionais específicas e o apoio sistemático aos professores da sala comum, por meio da orientação pedagógica, adaptação de conteúdos e elaboração de projetos que promovam a inclusão.

A concepção “multifuncional” da sala de recursos transcende a simples diversidade dos equipamentos disponíveis ou a variedade de deficiências atendidas. Ela implica a possibilidade de múltiplas ações educacionais integradas, que se estendem para além da sala de recursos, alcançando a sala de aula comum, influenciando a organização pedagógica da escola e incentivando a construção de

práticas inclusivas mais amplas. Isso inclui a mediação de processos de ensino e aprendizagem que respeitem as diferenças e singularidades de cada estudante, buscando a personalização do ensino e a remoção das barreiras que impedem a participação plena. Portanto, trata-se de um espaço que deve ser pensado e adaptado de acordo com as demandas locais, características e realidades específicas de cada escola, evitando modelos padronizados que não considerem a complexidade dos contextos educacionais.

Outro aspecto central abordado no texto refere-se à formação do professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE), elemento imprescindível para o sucesso das políticas inclusivas. A preparação desses profissionais vai muito além do domínio de recursos técnicos ou do conhecimento dos códigos e especificidades ligados a cada tipo de deficiência. É essencial que o educador especializado possua uma formação pedagógica sólida, que lhe permita compreender e articular as singularidades dos alunos com os desafios e objetivos do ensino comum. A atuação do professor do AEE deve ser intencional, reflexiva e fundamentada em princípios pedagógicos que promovam a participação efetiva e a autonomia dos estudantes, colaborando para a construção de um ambiente escolar que valorize a diversidade e a inclusão como elementos centrais do processo educativo.

Por fim, é importante reconhecer que, embora os avanços legais e institucionais tenham sido significativos, muitos desafios cotidianos ainda persistem na implementação plena da inclusão. Entre esses desafios, destacam-se questões cruciais como os critérios para a identificação e encaminhamento dos alunos que devem ser atendidos nas salas de recursos, a concentração das ações especializadas nos primeiros anos do ensino fundamental, e a tendência, ainda muito presente, de enxergar o AEE como uma instância voltada à correção ou ajuste individual do aluno, em vez de compreendê-lo como um suporte pedagógico coletivo, articulado ao projeto político-pedagógico da escola e que contemple a diversidade de maneira integral.

Cabe lembrar que toda aprendizagem significativa depende da ação conjunta — do aluno, do professor e da escola como um todo. Esse princípio, que já orientava educadores pioneiros como Célestin Freinet, permanece absolutamente atual e essencial, sobretudo no campo da Educação Especial. Valorizar o conhecimento acumulado sobre o processo de ensinar e aprender, sem dissociar o estudante com deficiência de seus pares, é uma tarefa urgente e indispensável. O

caminho para a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva exige esforço contínuo, escuta sensível, diálogo permanente e compromisso ético com a implementação de práticas educativas que reconheçam a diversidade não como um obstáculo, mas como um valor fundamental que enriquece o ambiente escolar e a sociedade em geral.

## REFERÊNCIAS

ALVES, L. P. **A sala de recursos multifuncionais no contexto da educação inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 6.571**, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta a organização da educação especial e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 18 set. 2008.

\_\_\_\_\_. **Ministério da Educação**. Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais. *Portaria Ministerial nº 13*, de 24 de abril de 2007.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

\_\_\_\_\_. **Resolução CNE/CEB nº 4**, de 2 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 5 out. 2009.

CARVALHO, R. E. **Educação inclusiva: com os pingos nos "is"**. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2004.

FREINET, C. **Pedagogia do bom senso**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial: a situação atual e perspectivas para o século XXI**. São Paulo: EPU, 1982.

PRIETO, R. C.; SOUZA, D. T. C. de. **Sala de recursos multifuncional e formação docente: tensões e perspectivas**. *Revista Educação Especial*, Santa Maria, v. 20, n. 32, p. 95-110, 2007.

TEZZARI, G. V. **A SIR chegou...: a atuação do professor especializado em educação especial na escola comum**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.